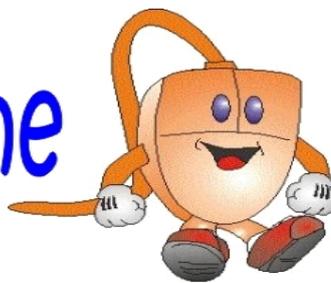


Notícias on line



Ministra receberá defensores gerais em Brasília – (site Defensoria)

A ministra Dilma Roussef vai receber uma comitiva de defensores e subdefensores públicos gerais para tratar dos projetos relativos a Defensoria Pública que estão tramitando no Congresso Nacional, em Brasília. A informação foi passada, a um grupo de defensoras gerais membros do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, pela própria ministra ontem, sexta, 6, após proferir a palestra "Mulher, Política e espaços de poder" no projeto "Março Mulher" da Secretaria da Promoção da Igualdade, no Sol Hotel da Bahia, Campo Grande.

Defensorias estaduais se organizam para Força Tarefa Nacional – (site Defensoria)

O Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais - Condege, vai desenvolver uma Força Tarefa Nacional com o objetivo de ampliar o acesso à Justiça nas comarcas onde não tenha defensor público ou onde o número deles seja insuficiente para atender a demanda. A proposta, aprovada na reunião ordinária do colegiado, realizada neste final de semana, em Salvador, foi da Comissão de Execução Penal do Condege, apresentada pelo coordenador, defensor Rodrigo Duque Estrada Roig (RJ). Segundo a presidente do Condege, Cristina Guelfi, defensora geral de São Paulo, a proposta será consolidada em breve, atendendo, a princípio, a área de execução penal. Como esta é uma área com demanda sempre crescente, os defensores gerais dos Estados estão se mobilizando para assegurar e mostrar à sociedade que a Defensoria Pública tem feito a sua parte. Membro da comissão do Condege, a defensora pública baiana, Fabíola Peixoto propôs ao conselho a elaboração de um banco de dados por Estado para compor um diagnóstico, além de um relatório quantitativo das ações desenvolvidas por cada instituição em 2008.

Defensora geral recebe medalha de mérito da magistratura – (site Defensoria)

A defensora pública geral da Bahia, Tereza Cristina Almeida Ferreira, foi uma das contempladas com a Medalha de Mérito da Magistratura, entregue no último sábado, 7 de março, durante cerimônia oficial de comemoração dos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ/BA), o primeiro das Américas, no salão nobre do Fórum Ruy Barbosa, no Campo da Pólvora. A honraria, concedida pelos tribunais de Justiça das Américas, tem o teor comemorativo e presta homenagens a cidadãos e cidadãs que se destacaram e contribuíram com a Justiça no continente americano. A medalha faz referência aos primeiros magistrados, sendo uma manifestação de reverência e veneração a Justiça.

MEC ameaça fechar cursos de Direito – (site Esdep)

A secretária de Ensino Superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci, disse ao presidente nacional da OAB, Cezar Britto, que serão anunciadas normas mais rigorosas para abertura e funcionamento de cursos de Direito, podendo haver fechamento de alguns. Uma comissão avalia os 89 cursos de Direito considerados extremamente deficientes pelo Enad, o Exame Nacional de Desempenho dos alunos. Alguns serão fechados

Lei processual nova atinge execução de título judicial iniciada pelo rito antigo – (site Esdep)

Ainda que a execução do título judicial tenha iniciado antes da alteração na lei processual civil, tais mudanças são de aplicação imediata. Por isso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisão da Justiça paranaense e autorizou a intimação sobre uma penhora na figura do advogado do executado, conforme alteração do Código de Processo Civil feita pela Lei n. 11.232/2005. O caso foi julgado na Terceira Turma. A relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, destacou que o direito brasileiro não reconhece a existência de direito adquirido ao rito processual. "A lei nova aplica-se imediatamente ao processo em curso, no que diz respeito aos atos presentes e futuros", afirmou a relatora. Assim, ao contrário do que entendeu o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), a execução de título judicial não está imune a mudanças procedimentais.